



PROCESSO : 22.288-7/2011
ASSUNTO : TOMADA DE CONTAS ORDINÁRIA
PRINCIPAL : DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/MT
ARNON OSNY MENDES LUCAS (ex-Presidente)
TEODORO MOREIRA LOPES (ex-Presidente)
GESTORES : GIANCARLO DA SILVA LARA CASTRILLON (ex-Presidente)
TIAGO FRANÇA CABRAL (ex- Presidente)
JOSÉ EUDES SANTOS MALHADO (atual Presidente Interino do DETRAN/MT)
EIG MERCADOS LTDA antiga FDL - **Serviços de Registro,**
DEMAIS INTERESSADOS : Cadastro, Informatização e Certificação de Documentos Ltda.
JOSÉ FERREIRA GONÇALVES NETO (Sócio administrador)
HUGO MORAES PEREIRA DE LUCENA - OAB/MT 14.358-A
CARLOS AUGUSTO MALHEIROS FERNANDES DE SOUSA -
OAB/MT 3.988
LUIZ GUSTAVO TARRAF CARAN – OAB/MT 14.222
ADVOGADOS : GUSTAVO ADOLFO ALMEIDA ANTONELLI – OAB/MT 10042
JANAÍNA POLLA REINHEIMER – OAB/MT 14.497
MAURÍCIO MAGALHÃES FARIA JÚNIOR – OAB/MT 9.839
MAURÍCIO MAGALHÃES FARIA NETO – OAB/MT 15.436
DANIEL AUGUSTO MESQUITA – OAB/DF 26.871
RELATOR : CONSELHEIRO INTERINO LUIZ CARLOS PEREIRA

DECISÃO

Trata-se de Tomada de Contas Ordinária, com a finalidade de apurar supostas irregularidades relativas ao Contrato de Concessão n.º 01/2009, firmado entre o Departamento Estadual de Transito – DETRAN/MT e a empresa FDL Serviços de Registro, Cadastro, Informatização e Certificação de Documentos Ltda., atual EIG Mercado Ltda.

O Relatório Técnico da Secretaria de Controle Externo de Contratações Públicas concluiu que necessário se faz demandar informações junto ao Órgão. Dessa forma, requerem que o Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/MT disponibilize:

- a) Levantamentos, avaliações e liquidações decorrentes da extinção do Contrato de Concessão n.º 001/2009, conforme determinado no art. 3º do Decreto 1.752 de 24 dezembro de 2018;





b) Informação sobre a instauração de Tomada de Contas Especial quanto a eventuais danos decorrentes do Contrato de Concessão nº 001/2009, conforme determinado no art. 4º do Decreto 1.752 de 24 de dezembro de 2018;

c) Extrato das contas correntes decorrentes do Contrato de Concessão de 31/10/2011 até o seu encerramento:

- Agência 2872-X, Conta Corrente: 465234-7 – FDL;
- Agência 3834-2, Conta Corrente: 1042297-8 – Detran/MT.

d) Informações sobre a sistemática de repartição dos valores arrecadados por meio de Documento de Arrecadação - DAR e a comprovação da entrada dos recursos na conta do Detran e da FDL”.

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, visando a correta instrução e consequente adequação dos processos de competência desta Corte, o artigo 89, inciso I, da Resolução Normativa nº. 14/2007 (Regimento Interno TCE-MT), dispõe que incumbe ao Relator presidir a instrução, determinando qualquer diligência que entender necessária ao saneamento dos autos, a saber:

Art. 89. O relator será juiz do feito que lhe for distribuído, competindo-lhe:

I. Presidir a instrução, determinando, por ação própria e direta ou por provocação dos órgãos de instrução do Tribunal ou do Ministério Público de Contas, quaisquer diligências consideradas necessárias ao saneamento dos autos e ao fiel cumprimento da lei, fixando prazo para tanto, desde que não conflitem com as demais deliberações do Tribunal;
(...)

Dessa forma, determino, que se promova a **NOTIFICAÇÃO** do **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/MT**, na pessoa de seu Presidente, Sr. Gustavo Reis Lobo de Vasconcelos, para que, no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar do recebimento do Ofício de Notificação, apresente as informações solicitadas no Relatório Técnico elaborado pela Equipe de Auditoria da SECEX de Contratações Pública (Doc. Digital 15798/2019), sob pena de configuração de sonegação de informações a este Tribunal de Contas, conforme previsto no artigo 215 da Constituição do Estado c/c artigo 153 § 1º da Resolução Normativa 14/2007, sob pena de aplicação de multa, nos termos do artigo 286, IV, do Regimento Interno.





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

GABINETE DO CONSELHEIRO INTERINO

Luiz Carlos Pereira

Telefone: (65) 3613-7546 / 3613-7577

e-mail: gab.luizcarlos@tce.mt.gov.br

Na sequência, encaminhem-se à G.C.P. Diligenciados para o aguardo da manifestação do interessado ou para a certificação de decurso do prazo.

Gabinete do Relator, Cuiabá-MT, 07 de fevereiro de 2019.

LUIZ CARLOS PEREIRA¹

Conselheiro Interino

(Portaria 009/2017, DOC TCE/MT de 24/01/2017)

¹ Documento assinado por assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006

